

Geradora Eólica
Bons Ventos da
Serra 2 S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Ibiapina - Ceará

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, a Companhia firmou contrato com a WEG Equipamentos Elétricos S/A (fornecedor) para fornecimento de bens e serviços relacionados à implantação de seu parque eólico, cuja conclusão estava contratualmente prevista para 31 de dezembro de 2017. A conclusão do empreendimento ocorreu apenas em 13 de julho de 2018, gerando gastos à Companhia decorrentes desse atraso, incluindo aqueles relacionados ao descumprimento dos Contratos de Venda de Energia no Mercado Regulado que a Companhia havia firmado considerando a expectativa de implantação de seu parque eólico. A Companhia mensurou tais gastos no montante de R\$42.023 mil, os quais foram abatidos do valor a pagar ao fornecedor e permanecem reconhecidos na rubrica de “fornecedores a pagar” sem qualquer atualização monetária. Esse assunto está sendo tratado em processo de arbitragem, e durante o exercício 2020 foi concedido, por meio de sentença parcial:

(i) o direito a indenização, de montante ainda não determinado, em função dos gastos incorridos decorrentes do descumprimento dos Contratos de Venda de Energia no Mercado Regulado, que não foi divulgada nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
(ii) o direito ao montante de R\$ 6.774 mil, (R\$ 3.918 mil de principal e R\$ 2.857 mil de atualização monetária) referente a multa por atraso na conclusão da implantação do parque eólico, que não foi reconhecido nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020; e Adicionalmente, a Companhia mantém em aberto saldo a pagar ao fornecedor no montante de R\$ 42.023 mil, sobre o qual não reconheceu nenhum tipo de atualização monetária.

Consequentemente, as Demonstrações Financeiras não incluem integralmente as divulgações relacionadas a esse assunto e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está apresentado a menor em R\$ 1.701 mil (a maior em R\$ 5.043 mil em 2019), o patrimônio líquido

está apresentado a maior em R\$ 16.023 mil (R\$ 17.754 mil em 2019) e o passivo circulante e o ativo circulante estão apresentados a menor em R\$ 22.797 mil (R\$ 17.754 mil em 2019) e R\$ 6.774 mil (R\$ 0 em 2019), respectivamente, nessa data.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receitas

Veja as Notas 1 e 14 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar sua usina geradora de energia eólica, sendo o fornecimento da energia gerada comercializado por meio de um contrato de longo prazo, firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A receita da Companhia advém integralmente desse contrato de fornecimento de energia elétrica.</p> <p>As variações da geração da energia e consequentemente o reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, são assuntos de suma importância para o entendimento por parte dos usuários das demonstrações financeiras.</p> <p>Em função do exposto acima, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas não serem registradas no momento da transferência do controle da energia fornecida, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> – avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas; – inspeção documental, em base amostral, de transações de vendas ao longo do exercício para verificar se representavam receitas válidas e condizente com o curso normal dos negócios da Companhia e verificação dos comprovantes de liquidação financeira; e – análise, para uma amostra de vendas registradas no período de corte, das respectivas documentações suporte para avaliar se a receita foi reconhecida no momento da transferência do controle da energia fornecida, juntamente com os relatórios de receitas geradas e fornecidas pela Companhia e pelo órgão regulador, durante o exercício de 2020 e comparamos o montante total com os valores registrados. <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajuste que afetou a mensuração das Receitas o qual não foi registrado pela administração por ter sido considerado imaterial.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos</p>

	procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento de receitas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
--	---

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à

capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com à administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 30 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-CE



Francisco Edson Sousa de França

Contador CRC CE - 19801/O-0

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	4	41.347	34.767	Fornecedores a pagar	8	1.846	1.761
Depósitos vinculados	6	2.448	2.773	Empréstimos e financiamentos	10	15.017	14.605
Contas a receber	5	10	656	Debêntures	10	5.486	4.402
Impostos a recuperar		23	55	Arrendamentos a pagar	9	71	971
Despesas antecipadas		267	976	Encargos tributários e trabalhistas	11	1.005	932
Outros ativos		34	38	Outras contas a pagar		28	11
Total do ativo circulante		44.129	39.265	Total do passivo circulante		23.453	22.682
				Fornecedores a pagar	8	42.023	42.023
Contas a receber	5	2.403	-	Empréstimos e financiamentos	10	185.071	194.599
Depósitos vinculados	6	9.488	11.739	Debêntures	10	47.552	46.917
Depósitos judiciais		-	63	Arrendamentos a pagar	9	9.489	23.989
Imobilizado	7	528.039	559.435	Receitas diferidas		1.201	-
Intangível		83	102	Adiantamento para futuro aumento de capital		-	597
Total do ativo não circulante		540.013	571.339	Provisão para desmobilização	12	5.043	4.883
				Total do passivo não circulante		290.379	313.008
				Patrimônio líquido	13		
				Capital social		285.851	285.254
				Prejuízos acumulados		(15.541)	(10.340)
				Total do patrimônio líquido		270.310	274.914
Total do ativo		584.142	610.604	Total do passivo e patrimônio líquido		584.142	610.604

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receita líquida de vendas	14	53.660	54.789
Custo das vendas	15	<u>(30.167)</u>	<u>(29.336)</u>
Lucro bruto		23.493	25.453
Despesas gerais e administrativas	16	(2.066)	(3.449)
Outras despesas (receitas)	16	<u>-</u>	<u>(1.799)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		21.427	20.205
Receitas financeiras		1.122	1.584
Despesas financeiras		<u>(25.701)</u>	<u>(23.236)</u>
Resultado financeiro	17	(24.579)	(21.652)
Resultado antes dos impostos		(3.152)	(1.447)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	18	(2.022)	(2.230)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18	<u>(27)</u>	<u>-</u>
Prejuízo do exercício		<u>(5.201)</u>	<u>(3.677)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(5.201)	(3.677)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(5.201)</u>	<u>(3.677)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2019	<u>285.254</u>	<u>(6.663)</u>	<u>278.591</u>
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>(3.677)</u>	<u>(3.677)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>285.254</u>	<u>(10.340)</u>	<u>274.914</u>
Aumento de capital (Nota 13)	597	-	597
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>(5.201)</u>	<u>(5.201)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>285.851</u>	<u>(15.541)</u>	<u>270.310</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(3.152)	(1.447)
Ajustes por:			
Depreciação e amortização		15.992	16.204
Amortização direito de uso de arrendamentos	9	742	742
Despesa financeira com direito de uso de arrendamentos	9	189	159
Rendimento de aplicação financeira de depósitos vinculados	17	(223)	(551)
Juros provisionados sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	10	19.760	19.457
Amortização dos custos de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	10	404	-
Atualização provisão para desmobilização		160	214
Baixa de imobilizado	7	-	1.855
		<u>33.872</u>	<u>36.633</u>
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(556)	(223)
Despesas antecipadas		709	(873)
Impostos a recuperar		(257)	(29)
Depósito vinculado		325	-
Depósitos judiciais		63	-
Outros ativos		4	15
Fornecedores a pagar		85	301
Obrigações tributárias e trabalhistas		115	(152)
Outras contas a pagar		16	(9)
		<u>34.376</u>	<u>35.663</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.802)	(1.614)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	10	(13.852)	(14.564)
Pagamento de juros de debêntures	10	(3.662)	(2.828)
		<u>15.060</u>	<u>16.657</u>
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Depósito vinculado		2.474	(3.224)
Aquisição de imobilizado	7	(83)	(543)
Aquisição de intangível		(11)	(108)
		<u>2.380</u>	<u>(3.875)</u>
Fluxo de caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento			
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Custos de captação a amortizar decorrente de novos empréstimos	10	-	(4.619)
Pagamento de arrendamentos	9	(813)	(672)
Recursos provenientes de novos empréstimos, financiamentos e debêntures	10	-	79.631
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	10	(9.055)	(9.455)
Pagamento de debêntures - principal	10	(992)	(2.314)
(Pagamento de) adiantamento para futuro aumento de capital		-	(44.000)
		<u>(10.860)</u>	<u>18.571</u>
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento			
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>6.580</u>	<u>31.353</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		34.767	3.414
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>41.347</u>	<u>34.767</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>6.580</u>	<u>31.353</u>
Principais transações que não afetam o caixa			
Mensuração e remensuração de direito de uso de arrendamentos		14.775	(25.472)
Reconhecimento de receita diferida		2.403	-
Integralização de capital por absorção de adiantamento para futuro aumento de capital		597	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A (“BVS 2” ou “Companhia”), com sede na cidade de Ibiapina/CE, foi constituída em 7 de março de 2014 na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil e tem por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar especificamente as Centrais Geradoras Eólicas Bons Ventos da Serra Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7, bem como comercializar a energia elétrica por fonte eólica proveniente dessas e quaisquer outros direitos relacionados, ligados diretamente às Centrais Geradoras Eólicas Bons Ventos Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7.

As Centrais Geradoras Eólicas Bons Ventos Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7, propriedades da Companhia, venderam 35,2 MW de energia no 18º Leilão de Energia Nova, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizado em 13 de dezembro de 2013, conforme o Edital de Leilão nº 10/2013.

A Servtec Investimentos e Participações e a Nexus Investimentos, Participações e Locações são os acionistas da Companhia, com participações no capital social de 50% cada.

A Gestão de capital da Companhia consiste na salvaguarda de sua capacidade de continuidade operacional (Ver nota 21).

Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

O surto de uma doença contagiosa, o COVID-19, espalhou-se por diversos países. Em 3 de março de 2020, foi declarado como pandemia pela Organização Mundial da Saúde e que se mantém no exercício de 2021.

Identificamos que o surto, também se apresentou em regiões relevantes e vinculadas as nossas operações, e a Companhia pode vir a apresentar alguma dificuldade operacional em virtude das orientações advindas da O.M.S (Organização Mundial da Saúde) com vistas a quarentena de colaboradores que eventualmente apresentem quadro sintomático e/ou suspeita de contaminação.

A Companhia não identificou problemas de abastecimento de peças e insumos para os processos de manutenção neste momento e possui de estoque de peças de reposição.

A BVS 2 detem estoque de peças de reposição suficiente para manutenção e continuidade das operações da companhia.

Consideramos o risco baixo em paralisar as atividades pela falta de peças de reposição para manutenção neste momento, desta forma, não sofreremos qualquer impacto material com relação ao COVID-19 em nossas operações, logística, vendas ou situação financeira.

Durante o exercício de 2020 a Companhia utilizou dos benefícios concedidos pelo Governo Federal do Brasil de prorrogação do vencimento dos tributos.

A Companhia ratifica que, durante o exercício de 2020, não observou impactos significativos decorrentes da COVID-19 nas suas operações que resultassem em mudanças nas estimativas contábeis adotadas, em redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, em renegociações de contratos de arrendamentos, em critérios para reconhecimento de receita, em cumprimento de obrigações contratuais, tampouco na Continuidade operacional da Companhia: (i) interrupções na cadeia de suprimentos, (ii) redução de receita, (iii) potenciais inadimplências financeiras e/ou não financeiras, (iv) liquidez (v) rebaixamentos de crédito, entre outros.

Operação comercial

As autorizações para operação comercial foram concedidas de forma gradativa pela ANEEL, conforme os aerogeradores atendiam os padrões regulatórios necessários de geração em teste.

Central Geradora Eólica	Despacho ANEEL	Data de publicação
Bons Ventos Cacimbas 2	1492	06/07/2018
Bons Ventos Cacimbas 3	1034	09/05/2018
Bons Ventos Cacimbas 4	1099	18/05/2018
Bons Ventos Cacimbas 5	1100	18/05/2018
Bons Ventos Cacimbas 7	1565	13/07/2018

Autorização - Bons Ventos da Serra 2

A Autorização para funcionamento como produtor independente de energia elétrica possui prazo de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir da publicação da portaria.

Central Geradora Eólica	Portaria MME	Data de Publicação
Bons Ventos Cacimbas 2	332	15/07/2014
Bons Ventos Cacimbas 3	306	08/07/2014
Bons Ventos Cacimbas 4	299	03/07/2014
Bons Ventos Cacimbas 5	270	11/06/2014
Bons Ventos Cacimbas 7	291	25/06/2014

Capacidade Produtiva

A Companhia possui 5 (cinco) usinas geradoras de energia eólica, situadas nos municípios de Ubajara e Ibiapina, no Estado do Ceará, constituída de 41 (quarenta e um) unidades geradoras de 2.1 MW, totalizando a potência instalada de 86,1 MW.

Central Geradora Eólica	Localização	Aerogeradores (Unidade)	Potência Instalada (MW)
Bons Ventos Cacimbas 2	Ubajara	11	23,1
Bons Ventos Cacimbas 3	Ubajara	7	14,7
Bons Ventos Cacimbas 4	Ibiapina	5	10,5
Bons Ventos Cacimbas 5	Ibiapina	10	21
Bons Ventos Cacimbas 7	Ubajara	8	16,8

Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo no valor de R\$ 20.676 (em 31 de dezembro de 2019, R\$ 16.583) e prejuízos acumulados de R\$15.541 (em 31 de dezembro de 2020, R\$ 10.340).

Conforme estimativas da administração, o prejuízo acumulado apurado será revertido normalmente com a geração futura de caixa pela Companhia, decorrente de sua própria atividade.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui o saldo de R\$ 9.488, (em 31 de dezembro de 2019, R\$ 11.739) (Nota 6) em depósitos vinculados, principalmente, a empréstimos e financiamentos, que representam 40% do saldo do passivo circulante.

A Companhia reconheceu ativos e passivos considerando a pressuposição da continuidade operacional da Companhia, e entende que não há indícios de descontinuidade das operações.

Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR)

A Companhia possui 175 (cento e setenta e cinco) contratos de venda de energia em ambiente regulado firmados com as distribuidoras participantes do 18º Leilão de Energia Proveniente de novos empreendimentos de Geração, promovido pela ANEEL e realizado em 13 de dezembro de 2013, conforme o edital nº 10/2013. Os mesmos possuem prazo de 20 anos a contar da data planejada da operação comercial, nas seguintes condições:

Usina	Quantidade MW médio/ano	Preço R\$/MWh Dezembro/2013	Início da operação comercial	Final da operação comercial
Bons Ventos Cacimbas 2	10,1	121,58	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 3	6,0	121,58	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 4	4,3	121,58	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 5	9,7	121,58	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 7	6,5	121,58	Mai/2018	Dez/2037

O preço acima é reajustado anualmente pela variação do IPCA, sempre no mês de janeiro, respeitado o prazo mínimo de 12 meses, contados a partir do primeiro dia do mês de janeiro de 2013.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2021.

Após a sua emissão, somente os Acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondados para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 3.12** - arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento operacional.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 7** - critérios para definição de vida útil do imobilizado;
- **Nota 9** - critérios para definição da taxa de desconto de arrendamento;
- **Nota 12** - reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos; e,

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto os itens que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (a) os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios de curto prazo onde as obrigações são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado desde que a Companhia tenha uma obrigação presente legal de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e essa obrigação possa ser estimada com confiabilidade.

3.2 Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- (a) **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- (b) **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- (c) **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

3.3 Receita Operacional

A Companhia registra a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante do MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

O receita é reconhecido no momento que é realizado faturamento da energia gerada, conforme os contratos de venda de energia (ver Nota 1).

Não há histórico de devolução ou cancelamento de vendas.

3.4 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem receitas de juros, despesas de juros e variações monetárias.

Receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

3.5 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) com base no lucro presumido, conforme detalhado abaixo:

- Lucro presumido - Nesta sistemática, o resultado para fins de IRPJ e CSLL da Companhia é calculado aplicando-se sobre a receita recebida as alíquotas definidas para essa atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$240 anuais para IRPJ, e 9% para CSLL).

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.6 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos para processamentos de dados	5 anos
Moveis e utensílios	10 anos
Direito de uso de arrendamentos	34 anos
Parque eólico (*)	35 anos

- (*) O ativo do parque eólico é composto por torres, máquinas e equipamentos, subestação, linha de transmissão, aerogeradores, sobressalentes e obras civis, conforme descrito na nota 7.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iv) Provisão para desmobilização

A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamentos do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo, sendo revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

3.7 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

3.8 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(iii) Modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. O objetivo do modelo de negócios da entidade não é baseado nas intenções da administração com relação a um instrumento individual, e sim determinado em um nível mais alto de agregação. A avaliação precisa refletir o modo como uma entidade administra seus negócios ou negócio. Uma única entidade pode ter mais de um modelo de negócios para administrar seus instrumentos financeiros.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos Financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado

(iv) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(v) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros

Quando aplicável, a Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*), decorrentes de fatores macroeconômicos.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;

- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou,
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.10 Capital social

Ações são classificadas como patrimônio líquido.

3.11 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados.

3.12 Arrendamentos

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto e ela é determinada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado".

3.13 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas para preparação dessas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Aplicações financeiras CDB (i)	41.347	34.767
Total	41.347	34.767

- (i) As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários (CDB) Itaú CORP PLUS e são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Adicionalmente, as aplicações são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Estes recursos são utilizados na manutenção das atividades da Companhia.

Uma análise quanto ao risco de crédito e de mercado está descrita na Nota 20.

5 Contas a receber

	2020	2019
Companhia Energética de Alagoas (a)	-	62
Companhia Estadual de Dist. de Energia Elétrica (a)	-	24
Boa Vista Energia S.A. (a)	-	460
Companhia de Eletricidade do Amapá (a)	10	-
CELG Distribuição S.A. (a)	-	110
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (b)	2.403	-
	2.413	656
Circulante	10	656
Não circulante	2.403	-

- (a) Refere-se à venda de energia elétrica para os compradores relativa ao faturamento dos parques eólicos.
- (b) Refere-se a receita diferida a ser faturada, tal valor não possui efeito em caixa, portanto não afeta a DFC.

Não há histórico de títulos vencidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

6 Depósitos vinculados

	2020	2019
Conta centralizadora (a)	2.448	2.773
Conta reserva serviço da dívida BNDES (b)	5.604	5.290
Conta reserva de O&M (c)	1.466	1.288
Conta reserva da dívida Debêntures (d)	2.418	5.155
Conta reserva de pagamento de Debêntures (e)	-	6
	11.936	14.512
Circulante	2.448	2.773
Não circulante	9.488	11.739

Refere-se a condições estabelecidas contratualmente decorrente do financiamento com o BNDES e Debêntures (ver nota 10), conforme apresentado abaixo:

- (a) Conta centralizadora - conta corrente constituída, exclusivamente, para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos creditórios cedidos fiduciariamente. Saldo se refere ao pagamento de amortização e juros de empréstimo do mês subsequente, sendo classificado no ativo circulante.
- (b) Conta reserva serviço da dívida BNDES - constituída pelo saldo equivalente ao valor de três prestações mensais do serviço da dívida, vincendas, constituídas de principal, encargos e acessórios. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para abril de 2034.
- (c) Conta reserva de O&M - constituída pelo valor necessário para perfazer o equivalente a ¼ (um quarto) do valor anual de pagamentos em decorrência do Contrato de O&M (contrato de operação e manutenção dos aerogeradores). A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para abril de 2034.
- (d) Conta reserva serviço da dívida Debêntures - constituída pelo saldo equivalente ao valor da próxima prestação vincenda do serviço da dívida de debêntures. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para Junho 2033.
- (e) Conta de pagamento de debêntures - constituída mensalmente por recursos equivalentes ao valor correspondente a 1/6 (um sexto) da próxima prestação vincenda.

Esses recursos são mantidos em contas de aplicação financeira em renda fixa, junto ao fundo Itaú TOP Referenciado FIC.

7 Imobilizado

O ativo imobilizado pode ser apresentado da seguinte forma:

Movimentação do ativo imobilizado

	Taxa anual média de depreciação a.a.	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2019
Administração						
Máquinas e equipamentos		-	5	-	11	16
Equipamento para processamento dados		-	5	-	40	45
Móveis e utensílios		28	7	-	-	35
Computadores e periféricos		41	-	-	(41)	-
Subtotal administração		69	17	-	10	96
Parque eólico						
Construções		129.724	-	-	(129.724)	-
Acessos, obras e instalações		-	-	(28)	129.724	129.696
Torres anemométricas (***)		634	15	-	-	649
Máquinas e equipamentos		2.227	216	(1.838)	(11)	594
Subestação, bay e linha de transmissão		47.767	-	-	-	47.767
Aerogeradores		373.792	-	-	1	373.793
Sobressalentes		-	295	-	-	295
Custos para desmobilização de ativos (*)		4.669	-	-	-	4.669
Direito de uso – arrendamentos (****)		-	25.472	-	-	25.472
Subtotal parque eólico		558.813	25.998	(1.866)	(10)	582.935
Imobilizado em operação		558.882	26.015	(1.866)	-	583.031
Depreciação						
Depreciação da administração	10 a 20%	(12)	(13)	-	-	(25)
Depreciação do parque eólico	2,86%	(6.672)	(15.922)	11	-	(22.583)
Amortização desmobilização	5,26%	-	(246)	-	-	(246)
Amortização direito de uso arrendamento	2,91%	-	(742)	-	-	(742)
Depreciação acumulada		(6.684)	(16.923)	11	-	(23.596)
Total do imobilizado		552.197	9.092	(1.855)	-	559.435

Movimentação do ativo imobilizado

	Taxa anual média de depreciação a.a.	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2020
Administração						
Máquinas e equipamentos		16	2	-	-	18
Equipamento para processamento dados		45	1	-	-	46
Móveis e utensílios		35	1	-	-	36
Subtotal administração		96	4	-	-	100
Parque eólico						
Acessos, obras e instalações		129.696	-	-	-	129.696
Torres anemométricas (**)		649	9	-	-	658
Máquinas e equipamentos		594	-	-	-	594
Subestação, bay e linha de transmissão		47.767	-	-	-	47.767
Aerogeradores		373.793	-	-	-	373.793
Sobressalentes		295	70	-	-	365
Custos para desmobilização de ativos (*)		4.669	-	-	-	4.669
Direito de uso – arrendamentos (***)		25.472	-	(14.775)	-	10.697
Subtotal parque eólico		582.935	79	(14.775)	-	568.239
Imobilizado em operação		583.031	83	(14.775)	-	568.339
Depreciação						
Depreciação da administração	10 a 20%	(25)	(16)	-	-	(41)
Depreciação do parque eólico	2,86%	(22.583)	(15.814)	-	-	(38.397)
Amortização desmobilização	2,84%	(246)	(132)	-	-	(378)
Amortização direito de uso arrendamento	2,94%	(742)	(742)	-	-	(1.484)
Depreciação acumulada		(23.596)	(16.704)	-	-	(40.300)
Total do imobilizado		559.435	(16.621)	(14.775)	-	528.039

(*) A Companhia possui obrigações de desmobilização de seus ativos em decorrência de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento dos terrenos onde o complexo eólico desenvolve suas atividades. A provisão foi reconhecida no início da operação do parque e foi mensurada a seu valor

justo, sendo revisada periodicamente. Os custos de desmobilização são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão amortizados pelo prazo dos contratos de arrendamentos (nota 9).

(**) Trata-se de torres de medição de vento, as quais entram em funcionamento antes da entrada em operação do parque eólico.

(***) Trata-se do direito de uso decorrente dos contratos de arrendamentos de terrenos mantidos pela Companhia, conforme informado nas notas 3.12 e 9. A adição em 2019 e a remensuração em 2020 não possuem efeito de caixa, portanto não afeta a DFC.

Os 41 aerogeradores do Complexo Eólico Bons Ventos da Serra 2 são cedidos em garantia ao BNDES em virtude de contrato de financiamento pactuado com a Companhia, conforme informado na Nota 10.

A Companhia, anualmente, revisa a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado.

8 Fornecedores a pagar

Refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

	2020	2019
Tokio Marine Seguradora S/A	-	452
Chubb Seguros Brasil S/A	-	24
GET Comercializadora de Energia LTDA	-	63
Berkley Brasil Seguros	22	-
Agência Brasileira de Meteorologia Ltda	16	-
Brasilitec Serviços de Segurança Privada	25	23
Steag Energy Services do Brasil Ltda	194	59
Fornecedores TUST	316	305
JMC Locações e Limpeza LTDA-ME	29	16
SCB Técnica Eireli	15	30
Agencia Nacional de Energia Eletrica – ANEEL	22	33
SS Projetos Técnicos e Consultoria Ltda.	31	31
Weg Equipamentos Elétricos S.A. (i)	43.134	42.691
Outros fornecedores a pagar	65	57
	43.869	43.784
Circulante	1.846	1.761
Não circulante (i)	42.023	42.023

Para implantação dos Parques Eólicos Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7, de propriedade da Companhia, o principal fornecedor contratado foi a WEG Equipamentos Elétricos S/A, através da celebração de 5 (cinco) contratos de EPC para fornecimento de equipamentos, transporte, montagem e comissionamento de 41 aerogeradores ao custo global de R\$ 321.244 a preços de julho de 2015. A data final prevista contratualmente para finalização de toda implantação fixada em 31 de dezembro de 2017, não ocorreu. A efetiva conclusão do empreendimento se deu apenas em 13 de julho de 2018. Face ao grande desgaste institucional causado pelo descumprimento dos Contratos de Venda de Energia no Mercado Regulado e aos vultosos prejuízos financeiros deles decorrentes, a Companhia decidiu aplicar as penalidades previstas nos Contratos de Fornecimento e compensar o montante apurado na quitação do saldo dos referidos contratos de fornecimento. Este saldo à época era de R\$ 42.023. Na sequência, a Companhia, nos termos dos Contratos de Fornecimento, iniciou um processo de arbitragem que se encontra em tramitação

tendo sido prolatada pelo Tribunal Arbitral uma Sentença Parcial em 1º de outubro de 2020 considerando: i) que a cláusula de multas por atraso dos Contratos de Fornecimento não foram aplicadas corretamente pela Companhia; ii) que no entendimento do Tribunal Arbitral a aplicação da cláusula contratual de multa pelo atraso da WEG resultaria no valor de apenas R\$ 3.918 em valores de julho de 2015; iii) admitiu que a Companhia, em decorrência não cumprimento dos prazos de entrega previstos nos Contratos de Fornecimento, sofreu danos de diversas naturezas e determinou que as partes em litígio ajustassem a pertinência e os valores das respectivas rubricas, apresentando o resultado ao Tribunal Arbitral. De posse destas informações, o Tribunal Arbitral estipularia a forma e os prazos para promulgação da Sentença Final e para as compensações de pagamento decorrentes da referida Sentença.

Neste momento, encontram-se em curso dentro do ambiente do Tribunal Arbitral os entendimentos entre as Partes para ajuste do valor dos danos sofridos.

O cenário atual, na visão da Companhia, é o seguinte:

1. A Arbitragem entre a Companhia e seu fornecedor WEG Equipamentos Elétricos S/A é um processo em curso e a sentença do Tribunal Arbitral é Parcial. Há procedimentos relevantes em curso que determinarão o montante de pagamentos adicionais aos valores já reconhecidos nos balanços da Companhia.
2. Nas presentes demonstrações financeiras encontram-se devidamente reconhecidos na conta de fornecedores R\$ 42.023 correspondentes ao saldo devedor integral dos Contratos de Fornecimento.
3. A Companhia entende não ser recomendável provisionar nas presentes demonstrações financeiras qualquer valor adicional ao saldo devedor integral dos Contratos de Fornecimento por se tratarem de quantias ainda indefinidas no âmbito do Processo Arbitral.

9 Arrendamentos a pagar

Conforme descrito na nota 3.12, a Companhia possui um contrato de arrendamento do terreno onde estão instalados os parques eólicos. O contrato é de 35 anos com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente, conforme índice de reajuste do contrato de energia (Nota 1)

Para esse contrato, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado a depreciação dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia de 8,07% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Movimentação do ativo de arrendamento

Saldos em 1º de janeiro de 2019	-
Mensuração inicial	25.472
Despesa de depreciação do exercício	<u>(742)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	24.730
Remensuração	(14.775)
Despesa de depreciação do exercício	<u>(742)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9.213

Movimentação do passivo de arrendamento

Saldos em 1º de janeiro de 2019	-
Mensuração inicial	25.472
Juros apropriados no resultado	159
Pagamentos	<u>(672)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	24.959
Remensuração	(14.775)
Juros apropriados no resultado	189
Pagamentos	<u>(813)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9.560

Impactos no resultado do exercício

	2020	2019
Despesas com depreciação	(742)	(742)
Despesas financeiras	<u>(189)</u>	<u>(159)</u>
Total - impacto na despesa líquida	<u>(931)</u>	<u>(901)</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Vencimento	<u>2020</u>			<u>2019</u>		
	Juros	Principal	Líquido	Juros	Principal	Líquido
Até 1 ano	(749)	820	71	(160)	1.131	971
De 1 a 2 anos	(743)	820	77	(160)	902	742
De 2 a 3 anos	(737)	820	83	(161)	903	742
De 3 a 4 anos	(730)	820	90	(161)	903	742
De 4 a 5 anos	(723)	820	97	(161)	903	742
Acima de 5 anos	<u>(12.933)</u>	<u>22.072</u>	<u>9.142</u>	<u>(3.297)</u>	<u>24.318</u>	<u>21.021</u>
Total	<u>(16.615)</u>	<u>26.175</u>	<u>9.560</u>	<u>(4.100)</u>	<u>29.060</u>	<u>24.960</u>

10 Empréstimos, financiamentos e debêntures

(i) Financiamento BNDES

A Companhia possui contrato de financiamento firmado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), com a finalidade de desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimento de geração de energia elétrica e infraestrutura correlata do Complexo Bons Ventos da Serra 2 (Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7), no valor total de R\$ 225.540, divididos em 6 (seis) subcréditos (A,B, C, D, E, F) o que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária.

A Companhia, durante o exercício de 2018, promoveu aditamento do contrato de financiamento junto a BNDES, e cancelou o subcrédito “D”, reduzindo a linha de crédito total para R\$ 219.570.

Sobre o principal da dívida incidem juros à taxa de 2,02% + TJLP ao ano. O principal da dívida está sendo pago em 192 prestações mensais e sucessivas, já tendo sido pago até 31 de dezembro de 2020 o total de 32 prestações.

Os custos de captação estão sendo amortizados pelo método linear e apresentados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, como redução da dívida.

(ii) Debêntures

No dia 1º de abril de 2019, foi concluída a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da emissora, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. junto ao Banco ITAU BBA no valor de R\$ 56.500 com taxa de 6,50 % a.a. + IPCA. As debêntures possuem vencimento semestrais, iniciando em dezembro de 2019 até junho de 2033.

Os custos de captação estão sendo amortizados pelo método linear e apresentados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, como redução da dívida.

As garantias dos financiamentos são as usuais para um *Project Finance*, incluindo: Contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos, alienação das ações da Companhia e quando aplicável, cartas de fiança bancária.

Esse endividamento está apresentado em 31 de dezembro de 2020 e 2019, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2020	31/12/2019	Vencimento
	Indexador	Taxa média anual de juros			
Empréstimos e financiamentos					
Finem (BNDES) (a)	URTJLP	2,02% a.a.	201.271	210.476	Abril/2034
(-) Custos de captação			<u>(1.183)</u>	<u>(1.272)</u>	

<u>Encargos financeiros</u>					
Descrição	Indexador	Taxa média anual de juros	31/12/2020	31/12/2019	Vencimento
Empréstimos e financiamentos					
			200.088	209.204	
Circulante			15.017	14.605	
Não circulante			185.071	194.599	
Debêntures					
Debêntures	IPCA	6,50% a.a.	56.970	55.566	Junho/2033
(-) Custos de captação			<u>(3.932)</u>	<u>(4.247)</u>	
			53.038	51.319	
Circulante			5.486	4.402	
Não circulante			47.552	46.917	
Total empréstimos, financiamentos e debêntures			<u>253.126</u>	<u>260.523</u>	

A seguir, conciliação da movimentação patrimonial de empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	195.215	-	-	195.215
Mensuração inicial de arrendamentos			25.472	25.472
Ingresso proveniente de novos empréstimos e financiamentos	23.128	56.503		79.631
Amortização de principal	(9.455)	(2.314)	(672)	(12.441)
Juros pagos	(14.564)	(2.828)	-	(17.392)
Custos de captação capitalizados	(437)	(5.413)	-	(5.850)
Custos de captação reconhecidos no resultado	65	1.166	-	1.231
Juros reconhecidos no resultado do exercício	<u>15.252</u>	<u>4.205</u>	<u>159</u>	<u>19.616</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>209.204</u>	<u>51.319</u>	<u>24.959</u>	<u>285.482</u>
Remensuração de arrendamentos			(14.775)	(14.775)
Amortização de principal	(9.055)	(992)	(813)	(10.860)
Juros pagos	(13.852)	(3.662)	-	(17.514)
Custos de captação reconhecidos no resultado	90	314	-	404
Juros reconhecidos no resultado do exercício	<u>13.701</u>	<u>6.059</u>	<u>189</u>	<u>19.949</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>200.088</u>	<u>53.038</u>	<u>9.560</u>	<u>262.686</u>

Os montantes classificados no passivo não circulante, por ano de vencimento, têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2019</u>	
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Debêntures
13 a 24 meses	16.052	6.091	15.793	4.688
25 a 36 meses	17.158	6.762	17.076	4.993
37 a 48 meses	18.341	7.507	18.465	5.318
49 a 60 meses	19.605	8.334	19.966	5.663
61 a 192 meses	<u>113.915</u>	<u>18.858</u>	<u>123.299</u>	<u>26.255</u>
	<u>185.071</u>	<u>47.552</u>	<u>194.599</u>	<u>46.917</u>

a. Covenants

A Companhia deverá manter anualmente, durante toda a vigência dos contratos de empréstimo, financiamento e debêntures, ICSD (Índice de Cobertura de Serviço de Dívida) igual ou superior a 1,20. Adicionalmente para as Debêntures, a Companhia deverá manter a projeção do ICSD, durante toda a vigência das Debêntures, índice projetado equivalente a 1,20, no mínimo. Ademais, outras obrigações a serem cumpridas pela Companhia estão relacionadas diretamente com as operações comerciais, financeiras e societárias, tais como, mas não se limitando, a adimplência financeira, manutenção de garantias e das certidões públicas.

A Companhia promoveu a pactuação do aditamento de nº 02 referente ao contrato de financiamento nº 16.2.0730.1 perante o BNDES, alterando o ano da primeira apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”), de 2018 para 2019, em decorrência da prorrogação do prazo de execução e início da operação comercial.

11 Encargos tributários e trabalhistas

	2020	2019
ISS a recolher	4	6
PIS a recolher	28	33
COFINS a recolher	129	155
IRPJ a recolher	291	321
CSLL a recolher	173	208
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	218	167
Impostos diferidos	71	-
Outros impostos a recolher	<u>91</u>	<u>42</u>
	<u>1.005</u>	<u>932</u>

12 Provisões

(i) Provisão para contingências

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para preservar seu patrimônio, não existindo indicações de necessidades de se reconhecer provisões e/ou divulgações para contingências nos exercícios de 2020 e 2019, sobre questionamentos judiciais, de natureza tributária, trabalhista ou civil.

Portanto, baseada nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração reconheceu que não existem processos com probabilidade de perda provável.

(ii) Provisão para desmobilização

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo total de provisão para desmobilização de ativos era de R\$ 5.043, (31 de dezembro de 2019, R\$ 4.883) registrada no passivo não circulante com a finalidade de mensurar o custo de desmobilização dos ativos para atender aos critérios dos contratos de arrendamentos e das licenças ambientais vigentes pela atividade explorada, o volume de material proveniente de desmatamento do parque e suas instalações e o volume de material considerado sucata, bem como os valores provisionados para a realização de tais serviços quando do desmonte do Complexo Eólico Bons Ventos da Serra 2.

Para cálculo dos recursos necessários para a desmobilização, foram estimadas horas/homem e horas/máquina para desmonte, corte e fracionamento de componentes, bem como limpeza da área do parque, transporte e destinação do material gerado.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia era de R\$ 285.851, (em 31 de dezembro de 2019, R\$ 285.254) totalmente integralizado e representado por 285.851.394 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (285.254.000 ações em 31 de dezembro de 2019).

Conforme apresentado na Nota 1, a Servtec Investimentos e Participações e a Nexus Investimentos, Participações e Locações são os acionistas da Companhia, cada uma com 50% do capital social.

b. Aumento e redução de capital

A assembleia geral poderá, a qualquer tempo, aumentar o número de ações ordinárias e/ou criar preferenciais de uma classe ou mais, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais ações, observadas as normas do Estatuto Social da Companhia.

Em 19 de fevereiro de 2020, foi registrada a ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que aprovou o aumento do capital social, no montante de R\$ 597, mediante a emissão de 597.394 novas ações ordinárias e sem valor nominal, com preço nominal de R\$ 1 (um real) cada. O capital social que era de R\$ 285.254, passou para R\$ 285.851.

A integralização foi realizada por meio de absorção de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) realizado em exercícios anteriores, portanto não houve efeito em caixa.

c. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia apurou prejuízo, não constituindo, portanto, reservas.

d. Dividendo mínimo obrigatório

Do lucro remanescente, após as deduções e destinações, será pago a título de dividendo mínimo obrigatório o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), facultado à Diretoria propor o não pagamento deste dividendo nos exercícios em que a situação de caixa da Companhia não for compatível com tal distribuição ou for requerida a manutenção de tais recursos para reinvestimentos nos negócios da Companhia.

14 Receita líquida de vendas

	2020	2019
Receita de energia gerada	55.707	56.915
Vendas canceladas	(14)	(55)
PIS	(362)	(369)
COFINS	(1.671)	(1.702)
	<u>53.660</u>	<u>54.789</u>

15 Custos das vendas por natureza

	2020	2019
Depreciações e amortizações (a)	(15.946)	(16.157)
Depreciação direito de uso arrendamentos	(742)	(742)
Encargos de uso do sistema de transmissão - TUST	(3.291)	(3.093)
Compra de energia	(485)	(3.633)
Custos com manutenção	(4.400)	(1.680)
Custos com pessoal	(1.204)	(869)
Custos regulatórios	(293)	(428)
Serviços de terceiros	(2.052)	(1.080)
Custos sócio ambientais	(950)	(893)
Custos com infraestrutura	(243)	-
Custos com seguros	(481)	(392)
Custos gerais	(80)	(369)
	<u>(30.167)</u>	<u>(29.336)</u>

(a) Em 2020 a Administração revisou a taxa de amortização praticada para os custos com desmontagens de ativo (nota7).

16 Despesas gerais e administrativas por natureza

	2020	2019
Despesas com manutenção	-	(96)
Despesas com pessoal	(1.188)	(1.439)
Serviços de terceiros	(625)	(1.407)
Despesas com infraestrutura	(20)	(54)
Despesas com viagens	(14)	(65)
Despesas com publicações	(51)	(60)
Despesas tributárias	(8)	(97)
Despesas com seguros	(32)	(100)
Depreciação e amortização	(46)	(37)
Doações (*)	-	(1.838)
Outras despesas gerais	(82)	(55)
	(2.066)	(5.248)
Classificados como:		
Despesas gerais e administrativas	(2.066)	(3.449)
Outras despesas (receitas)	-	(1.799)
	(2.066)	(5.248)

- (*) Refere-se a doação de tratores e implementos agrícolas para as prefeituras de Ubajara e Ibiapina decorrente do Projeto Social elaborado pela Companhia e aceito pelo BNDES. Esta exigência consta na Clausula Primeira, Alinea C do contrato de financiamento pactuado entre BNDES e “ BVS 2 “.

17 Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras (*)	1.057	1.559
Variação monetária ativa	65	-
Outras receitas financeiras	-	25
	1.122	1.584
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(19.760)	(19.457)
Custos com captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(877)	(1.231)
Despesas financeiras com arrendamentos	(189)	(159)
Fianças bancárias	(4.605)	(2.033)
Juros passivos	(14)	(105)
Despesas bancárias	(1)	(1)
Outras despesas financeiras	(255)	(250)
	(25.701)	(23.236)
Total	(24.579)	(21.652)

- (*) Compreende os rendimentos de aplicações financeiras em caixas e equivalentes de caixa de R\$ 834 (2019: R\$ 1.008) e rendimento de aplicações em depósitos vinculados de R\$ 223 (2019: R\$ 551).

18 Imposto de renda e contribuição social

Corrente

Em 31 de dezembro de 2020, o imposto de renda e a contribuição social corrente totalizam o montante de R\$ 2.022 (31 de dezembro de 2019 R\$ 2.230), conforme evidenciado no quadro abaixo:

2020	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	54.505	54.505
Alíquota %	<u>8%</u>	<u>12%</u>
Lucro presumido	4.360	6.540
Receita financeira	<u>1.081</u>	<u>1.081</u>
Base de cálculo	5.441	7.621
Alíquota %	15%	9%
Imposto devido	816	686
Imposto adicional (IRPJ)	<u>520</u>	<u>-</u>
Imposto corrente a recolher	<u>1.336</u>	<u>686</u>
2019	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	56.852	56.852
Alíquota %	<u>8%</u>	<u>12%</u>
Lucro presumido	4.548	6.822
Receita financeira	<u>1.489</u>	<u>1.489</u>
Base de cálculo	6.037	8.311
Alíquota %	15%	9%
Imposto devido	906	746
Imposto adicional (IRPJ)	<u>578</u>	<u>-</u>
Imposto corrente a recolher	<u>1.484</u>	<u>746</u>

Diferido

Em 31 de dezembro de 2020, o imposto de renda e a contribuição social diferidos totalizam o montante de R\$ 27, e foram calculados conforme abaixo:

2020	IRPJ	CSLL
Receita diferida correspondente ao ano	1.202	1.202
Alíquota %	<u>8%</u>	<u>12%</u>
Lucro presumido	<u>96</u>	<u>144</u>
Alíquota %	15%	9%
Imposto devido	14	9
Imposto adicional (IRPJ)	<u>4</u>	<u>-</u>
Imposto diferido a recolher	<u>18</u>	<u>9</u>

19 Partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da administração

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os honorários dos administradores foram apropriados ao resultado, na conta “despesas gerais e administrativas”, no montante total de R\$ 812 (2019 R\$ 828), e na conta de “custos das vendas”, no montante total de R\$ 485 (2019 R\$ 343). A remuneração inclui salários e encargos e bônus anual por atingimento das metas.

Transações com partes relacionadas

Em 2019 a Companhia possuía saldo de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no montante de R\$ 597. Em 2020 esse valor foi integralizado ao capital social da Companhia, conforme Nota 13.

20 Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Em 31 de dezembro de 2020	VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor justo Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	-	41.347	-	-
Depósitos vinculados	11.936	-	-	11.936
Contas a receber de clientes	-	2.413	-	-
Fornecedores	-	-	43.869	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	253.126	253.126
Arredamentos a pagar	-	-	9.560	9.560
Em 31 de dezembro de 2019	VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor justo Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	-	34.767	-	-
Depósitos vinculados	14.512	-	-	14.512
Contas a receber de clientes	-	656	-	-
Fornecedores	-	-	43.784	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	261.021	261.021
Arredamentos a pagar	-	-	24.960	24.960

Devido ao método de transição escolhido na aplicação do CPC 48, as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os novos requisitos.

- **Valor justo (Nível 2)** - Referente a outros passivos financeiros, foi utilizada a técnica de fluxos de caixa descontados, cujo modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco, não tendo *inputs* significativos não observáveis.

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de juros; e,
- Risco operacional.

Riscos de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de caixas e equivalentes de caixa, depósitos vinculados e contas a receber de clientes. No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, depósitos vinculados, contas a receber de clientes e outras contas a receber, conforme detalhado a seguir:

(i) Instrumentos financeiros, depósitos em dinheiro e aplicações

O risco de crédito de saldos bancários é administrado pelo departamento financeiro da Companhia de acordo com a política preestabelecida pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos em aplicações financeiras de acordo com a avaliação da gerência responsável. Além do percentual de remuneração e do *rating* atual de cada banco, leva-se em consideração o montante de capital investido nesta por parte de cada banco ou instituição financeira. O contas a receber tem risco considerado baixo, considerando as características do contrato de energia firmado. (vide Nota 1)

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tem R\$ 41.347 (Em 31 de dezembro de 2019, R\$ 34.767) em caixa e equivalentes de caixa. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui o saldo de R\$ 11.936 (Em 31 de dezembro de 2019, R\$ 14.512) em depósitos vinculado a contratos de financiamento.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa contábeis contratados:

2020	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20.503	22.143	226.700
Arrendamentos a pagar	71	77	9.447
Fornecedores	1.846	42.023	-
2019	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16.504	33.008	211.509
Arrendamentos a pagar	971	781	23.208
Fornecedores	1.761	42.023	-

Risco de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas para travar o custo financeiro das operações.

A Companhia não operou com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	Saldo 31/12/2020	Risco	Cenário (-50%)	Cenário (-25%)	Cenário Provável	Cenário (+25%)	Cenário (+50%)
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) - CDB Efeito no resultado	41.347	Variação do CDI	41.844 (521)	42.104 (261)	42.365 -	42.626 261	42.887 522
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas) - Fundo de investimento Efeito no resultado	11.935	Rendimentos em FI	12.080 (152)	12.156 (76)	12.232 -	12.308 76	12.384 152
Saldo de empréstimos e financiamentos Efeito no resultado	200.088	TJLP	204.725 (5.112)	207.281 (2.556)	209.837 -	212.393 2.556	214.949 5.112
Saldo de debêntures Efeito no resultado	53.038	IPCA	54.182 (1.253)	54.809 (626)	55.435 -	56.062 627	56.688 1.253

21 Gestão do Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual da soma da dívida líquida com o patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de outros investimentos, caixa e equivalentes de caixa.

Os índices de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, podem ser assim sumarizados:

	2020	2019
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	253.126	260.523
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(41.347)	(34.767)
Menos: Depósitos vinculados	<u>(11.936)</u>	<u>(14.512)</u>
Dívida líquida	199.843	211.244
Total do patrimônio líquido	<u>270.310</u>	<u>274.914</u>
Índice de alavancagem em 31 de dezembro	<u><u>0,74</u></u>	<u><u>0,77</u></u>

22 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía cobertura de seguros contra riscos operacionais e responsabilidade civil no montante de R\$ 553.798 os quais a Administração entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

As coberturas garantidas pelos presentes seguros incluem, por exemplo, danos materiais de bens de terceiros em poder do segurado; bens do segurado em poder de terceiros; danos elétricos; quebra de máquinas; despesas de combate a incêndio; despesas de salvamento e contenção de sinistro; entre outros danos materiais.

23 Eventos Subsequentes

Covid-19

Até a presente data, a Companhia não observou impactos significativos decorrentes da COVID-19 nas suas operações que resultassem em mudanças nas estimativas contábeis adotadas, em redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, em renegociações de contratos de arrendamentos, em critérios para reconhecimento de receita, em cumprimento de obrigações contratuais, tampouco na continuidade operacional da Companhia.

* * *

Igor Santos Silva
Diretor Financeiro

Renato Melo Gomes
Diretor Técnico

Antônio Werk Rodrigues Pereira
Contador CRC-CE 016296/0-8